

Federação Nacional dos Professores



Professor Actor de Mudança



www.fenprof.pt



CORREIO EDITORIAL
Autorizado a circular em invólucro de plástico fechado DE60302002DCL1
Pode abrir-se para verificação postal

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



Eles querem a guerra, nós não os devemos deixar em paz

Pág.20

JORNAL DA FENPROF FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

DIRECTOR: Paulo Sucena Nº 185 ABRIL 2003 €0.50

ACEITAM-SE PROFISSIONAIS DE GESTÃO ESCOLAR

O Ministério da Educação decidiu proceder a uma profunda remodelação a nível da gestão das escolas. Tal passa por retirar autonomia aos estabelecimentos de educação e de ensino e nomear os seus novos governantes.

Condições:

- Curso de Administração e Gestão homologado e controlado pelo Ministério da Educação;
- Carácter autoritário;
- Disponibilidade para fazer cumprir as ordens emitidas pelo ME sem as discutir.

**Sem eleições. Temos ficheiros organizados.
Não dispensa a consulta do folheto promocional.**

Distribuição gratuita aos docentes sindicalizados

ESCOLA, S.A.

Uma forma diferente de gerir a educação.
Mais barata, menos democrática, mais centralizada.
Com a Escola S. A. terá uma escola sem côr.

**Deixe-se de poesia. A partir de agora a Escola
será, certamente, só para alguns.**

Um conselho da Justino, Cascais & Morgado LDA.

MENOS FINANCIAMENTO CORTAR NA EDUCAÇÃO

A Escola-Empresa vai ser uma realidade.

- Despesas com material pedagógico?
- Investimento em equipamento?
- Financiamento de Projectos?
- Apoios Educativos?
- Alargar os Quadros das escolas?

**NÃO!
CHEGOU O TEMPO DE CORTAR.
A PEDAGOGIA DARÁ LUGAR À BUROCRACIA.**

Uma medida da Justino, Cascais & Morgado LDA.

Educação Especial
A exclusão como regra,
a inclusão como excepção Pág.6

Paulo Sucena:
Professores rejeitam
uma Escola elitizada Pág.18



DUAS PALAVRAS

Em Abril, sorte a dos cravos

João Rabaçal

Um mês antes de Abril fez um ano de governo de direita em Portugal. O governo mais à direita e menos de Abril que Abril já conheceu. E para quem apregoava o fim das ideologias aí está uma prova em contrário. Um ano de duras provas para quem trabalha, trazidas de um neoliberalismo feroz que corta a direito - nos direitos, na dignidade das pessoas, no direito ao futuro - nem que seja contra a Constituição.

A liquidação dos serviços públicos e das funções sociais do estado, o ataque aos direitos dos trabalhadores, a subversão dos mecanismos de negociação, o autoritarismo cobarde que foge ao diálogo, ao debate, ao confronto de opiniões, são marcas da acção deste governo nos mais diversos sectores.

A actuação, desta gente, acolitada por uma chusma de "especialistas" e "inteligentes" do regime que, na comunicação social têm procurado ganhar apoio social, não é avulsa ou ocasional. Ela não só tem um rumo pré-definido, como tempos certos, como faz ensaios antes de avançar. Se estivermos atentos, as medidas de hoje foram antecedidas de sinais, e nos dias que vivemos, há pistas para acções futuras. Saber ler estes sinais é muito importante porque as medidas, quando tomadas, não admitem nem diálogo, nem confronto de opiniões e, muito menos, contributos.

Mas centremo-nos apenas na Educação para que estas não sejam mais que "duas palavras". Três marcas fundamentais orientam a actuação deste governo, com respectivas medidas e ameaças:

1. Ataque à escola pública - a cartilha neoliberal manda privatizar

- "Eu sei que a FENPROF(...) é forte defensora(...) da responsabilidade do Estado relativamente à oferta de uma rede de ensino que seja assente na escola pública; o Partido Social Democrata não tem essa posição" (David Justino, debate pré-eleitoral promovido pela FENPROF, Lisboa, 01/03/2002)

- "(...) está mais do que demonstrado que lançar dinheiro em cima do problema apenas serve para queimar dinheiro e não para resolver o problema" (David Justino, idem)

- "(...) alargar o conceito de NEE para situações que não são de deficiência, é incorrecto." (David Justino, Antena Um)

- "(...) a criação da rede pública da Educação Pré-Escolar foi um erro grave" (David Justino, 1º Congresso da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)

- "(...) existindo situação de concorrência, ou se criam mecanismos ou acaba o público" (David Justino, reunião Fenprof/ME, 22/04/2003, a propósito da componente social

no Pré-Escolar)

2. Campanha de desvalorização e ataque à profissão docente - os professores são uns malandros, contestam de mais, têm que ser submetidos

- "Os professores têm que se convencer que não são quem manda na escola" (David Justino, Público)

- "Falta-lhes ética profissional para se responsabilizarem pela educação sexual" (Mariana Cascais, Assembleia da República)

- "Se servissem refeições não lhes caíam os parentes na lama" (David Justino, JN)

- "Os professores estão bem pagos se tivermos em conta o que ganham os técnicos superiores de 2ª classe" (David Justino, RTP)

- "Há privilégios (no ECD) que não se justificam. É isto que eu quero mudar" (David Justino, Antena Um)

- "os professores portugueses são os mais bem pagos da Europa" (Público, 12/02/2003)

3. Centralização - à rédea curta vai melhor e mais depressa

- "Para ultrapassar um panorama em que "professores gerem professores", David Justino quer que os presidentes dos conselhos executivos deixem de ser eleitos pelos seus pares" (Público, 06/01/2003)

- "De entre todas, a medida que mais me alegrou diz respeito à gestão escolar. (...) o termo "autoridade" nada tem a ver com democracia. (...) obedecer a um indivíduo a quem reconhecemos autoridade não significa que gostemos dele" (...) O sufrágio torna o presidente do conselho directivo refém dos colegas (Filomena Mónica, Público)

- "Compete, ainda, ao conselho municipal de educação analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e de ensino, em particular no que respeita (...) ao desempenho do pessoal docente e não docente" (decreto-lei n.º 7/2003)

- "O reordenamento a que procedemos é no sentido de transformarmos todos os agrupamentos horizontais em verticais. E a orientação é para conduzir este processo o mais depressa possível" (Secretário de Estado da Administração Educativa, Público)

Elucidativo! Mas podemos ainda lembrar os "ranking", os cortes orçamentais, a legislação de concursos, a "reforma" do secundário, o fim da escola inclusiva, o ataque à Lei de Bases, ao Estatuto da Carreira Docente e aos salários.

Mas que esperar de gente que "celebra Abril" sem um cravo ao peito?

Pensando melhor, sorte a dos cravos! |

1983



JF de Maio Edição Especial comemorativa: os 20 anos de vida e luta da FENPROF



20 anos com os professores Um projecto com futuro

2003

SUMÁRIO

40.000 assinaturas
Abaixo-assinado entregue no M.E.
Gestão Democrática tem futuro!
..... 4

Educação Especial
Projecto do M.E. nega a Declaração de Salamanca
FENPROF em Conferência de Imprensa
..... 6

Ensino Secundário
David Justino avança com nova versão
para a revisão curricular
Rolando Silva
..... 8

Educação Pré-Escolar
Encontro e manifestação em Lisboa
..... 10

Ensino Superior
FENPROF divulga propostas
..... 12

Direcção e Gestão das Escolas
Fórum Nacional reuniu 600 participantes
Defender e aprofundar a democracia na gestão escolar
..... 14

1º CEB em www.escolanova.com
Escolas portuguesas no séc. XXI...
..... 19

Jornada de acção nacional e europeia e outras lutas
Os trabalhadores não cruzam os braços!
..... 22

Professores e Educadores de Infância
Tabela de vencimentos líquidos
..... 24

Agenda Cultural
Viseu, 10 a 18 de Maio:
Festival Europeu das Artes
do Espectáculo para um Público Jovem
..... 30

40.000 assinaturas entregues no M.E. Gestão Democrática tem futuro!

A gestão democrática dos estabelecimentos de ensino, conquistada após Abril de 74, acabou com um regime de nomeação para a direcção das escolas de pessoas afectas ao poder vigente, suas mandatárias e fiéis representantes dos seus interesses políticos.

A vitalidade que se sentiu, ao longo dos anos, no quotidiano escolar, traduzida em fortes dinâmicas de participação registadas de uma forma generalizada, assenta muito na conjugação de espaços de representação democrática, articulados no sentido de garantir a participação da comunidade educativa a par de outras estruturas que reflectem o saber profissional dos docentes, indispensável à consecução do primado da vertente pedagógica sobre quaisquer outras presentes na organização escolar.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, respeitando os preceitos constitu-

cionais, soube enquadrar, com a força de lei fundamental, esta cultura democrática, estabelecendo para a gestão escolar princípios de colegialidade e elegibilidade quanto à formação dos órgãos de direcção, administração e gestão das escolas.

Tanta vezes atacada, quase sempre sem êxito, esta importante conquista de Abril regista hoje uma nova ofensiva, porventura a mais violenta, e também a que com mais clareza anuncia a expressa intenção do regresso ao passado. Profissionalizar a gestão das escolas, criar um órgão unipessoal e entregá-lo a pessoas de confiança política, que nem precisam de ser professores, está hoje nos discursos e intenções de quem nos governa.

Inserida num contexto mais amplo de criação de um verdadeiro mercado na Educação, com o próprio ensino público sujeito às leis da oferta e da procura, em concorrência

desfavorável com um ensino privado que cresce imparavelmente, com as escolas e os professores avaliados essencialmente a partir dos resultados obtidos pelos alunos em exames, uma medida deste género é essencial e decisiva para transformar os estabelecimentos de ensino público em dóceis instrumentos de viabilização de uma educação elitista, que como no passado, promove a qualidade para uns poucos e a mediocridade para todos os restantes.

A FENPROF entende que é altura de todos os que acreditam que a democracia deve continuar a ser a pedra angular da organização escolar reunirem os seus esforços, as suas vontades e a sua determinação para lutar e derrotar a ofensiva em curso contra a gestão democrática. ■



Dirigentes e activistas sindicais de todo o país concentraram-se junto ao ME para entregar as 40.000 assinaturas recolhidas. Um abaixo-assinado que, pela sua dimensão, é a manifestação inequívoca da vontade e do querer dos professores em defesa da Gestão Democrática



Uma performance que mobilizou a atenção de muitos transeuntes que perceberam o que está em causa com a nomeação de gestores profissionais.

EDITORIAL



Paulo Sucena
Secretário Geral
da FENPROF

25 DE ABRIL SEMPRE!



MINISTROS DESTES NUNCA MAIS !

- Porque os professores amam a democracia e repudiam a prepotência.
- Porque os professores reclamam o direito à negociação e rejeitam a imposição.
- Porque os professores defendem o diálogo e recusam o pensamento único.
- Porque os professores respeitam as instituições e condenam quem as desprestigiam - é intolerável que o Governo solicite pareceres ao Conselho Nacional de Educação e proceda como se eles não existissem.
- Porque os professores exigem que a sua voz seja ouvida e repelem quem despreza os seus Sindicatos.

PORQUE OS PROFESSORES SABEM QUE QUEM ASSIM PROCEDE SÓ PODE TER UMA ESPADA DEVASTADORA SOBRE AS SUAS CABEÇAS QUANDO FOR REVER A LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO E OS ESTATUTOS DE CARREIRA.

Projecto do M.E. nega a Declaração de Salamanca

Com a presença do Secretário Geral da FENPROF, Paulo Sucena, e dos elementos que constituem a coordenação nacional da FENPROF para a Educação Especial, realizou-se no passado dia 8 de Abril, em Coimbra, uma conferência de imprensa em que a Federação alertou a opinião pública para as consequências do ataque que o Governo está a dirigir contra este sector prioritário do sistema educativo.

Nesta iniciativa fez-se uma descrição pormenorizada da forma como o projecto do ME para a reestruturação dos Apoios Educativos às crianças e jovens com necessidades educativas especiais pretende:

- Desresponsabilizar o Estado pela Educação dos alunos com necessidades educativas especiais (n.e.e.);
- Institucionalizar e privatizar a educação/ensino dos alunos com n.e.e.;
- Alterar o conteúdo funcional do docente de educação especial;
- Reduzir o número de docentes de educação especial.

Paulo Sucena, em nome da Direcção da FENPROF, revelou aos jornalistas que a Federação está a preparar queixas sobre esta matéria ao Presidente da República, Assembleia da República e Provedor de Justiça e uma queixa contra o Estado Português dirigida à UNESCO, por violação do compromisso internacional que o nosso país assumiu ao subscrever a Declaração de Salamanca.

A FENPROF anunciou, também, que em Maio será realizado em Lisboa um **Tribunal de Opinião** para denúncia pública e acusação das retrógradas políticas de exclusão social e escolar que este Governo pretende implementar (o Secretariado Nacional, posteriormente, agendou esta iniciativa para o dia 26 de Maio). ■



A FENPROF teme que mais de 50 mil alunos com necessidades educativas especiais (NEE) possam ficar sem apoio, caso avance o projecto do ME, que revoga a legislação deste sector. A proposta da tutela foi rejeitada por cerca de três mil docentes, em plenários promovidos pela Federação, como foi recordado na conferência de Imprensa realizada recentemente em Coimbra.

pretende agora reorganizar a educação especial segundo um modelo em que a exclusão/segregação passa a ser a regra e a integração/inclusão, a excepção.

Com o seu Projecto para a Educação Especial, o ME pretende:

Desresponsabilizar o Estado pela educação dos alunos com necessidades educativas especiais:

- Deixando dezenas de milhares de alunos com necessidades educativas especiais sem apoio(s), em turmas de maior dimensão, sob a responsabilidade única do docente do ensino regular;
- Fazendo depender a organização dos apoios dos (magros) orçamentos das escolas;
- Impedindo o adiamento do início da escolaridade obrigatória para crianças com necessidades educativas especiais;
- Não preconizando nenhuma medida de apoio para crianças entre os 0-3 anos, alunos do ensino profissional ou alunos do ensino superior.

Institucionalizar e privatizar a educação/ensino dos alunos com necessidades educativas especiais:

- Facilitando o seu encaminhamento para instituições privadas de educação/ensino especial.

Alterar o conteúdo funcional do docente de educação especial:

Retirando-lhe funções de identificação, diagnóstico, programação e avaliação, em parceria com os outros intervenientes no processo educativo;

• Atribuindo-lhe apenas funções de “explicador” dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter prolongado.

Reduzir o número de docentes de educação especial:

- Dispensando milhares de docentes com experiência e formação na área da Educação Especial, apesar de continuarem a ser necessários.

Os professores não vão ficar indiferentes.

Cerca de 3000 professores de todo o país participaram em plenários convocados pelos sindicatos da FENPROF e aprovaram, por esmagadora maioria, uma moção de rejeição deste Projecto.

A FENPROF solicitou audiências aos Grupos Parlamentares e à Comissão Parlamentar de Ciência, Cultura, Educação, Desporto e Juventude da Assembleia da República para denúncia destas intenções.

A Escola Inclusiva é uma conquista dos pais, dos professores e da sociedade.

É preciso voltar à luta em sua defesa. ■

A exclusão como regra, a inclusão como excepção Modelo defendido por Justino é segregador

A Escola Inclusiva é uma importante conquista civilizacional do século XX. A construção de uma sociedade democrática e de uma cidadania participativa impõe o respeito pela diferença e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. A Escola Democrática, Pública, de Qualidade e Inclusiva é o meio mais eficaz para o conseguir.

A legislação portuguesa, desde há muito, preconiza essa Escola. Mesmo antes das importantes recomendações da Declaração de Salamanca (1994), a Constituição da República Portuguesa (desde 1976)

consagra, no seu art. 71º, que “os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição (...)”. A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) determina que a educação especial se organize “preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino (...)” (art. 18º .1) e a Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (1989) impõe a adopção de “medidas de integração progressiva dos alunos de ensino especial no sistema

normal de ensino” (art. 9º .2).

A Declaração de Salamanca (1994), de que o Estado Português é um dos subscritores, assumiu, no plano internacional, esta filosofia inclusiva ao afirmar, como princípio educativo fundamental, o acesso das crianças e jovens com necessidades educativas especiais às escolas regulares, que a elas se devem adequar, com “os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias criando comunidades abertas e solidárias.”

Afrontando estes princípios e rompendo com a Escola Inclusiva, o ME

Porque este Ministro escreve mais uma página negra na história recente da educação

FENPROF solicita ao ME reunião com carácter de urgência

Exmº Senhor
Ministro da Educação

Senhor Ministro,

Após aprofundado debate ocorrido durante a primeira parte da reunião do Secretariado Nacional da FENPROF, realizada em 19 de Março, foi decidido solicitar a Vª Exª a marcação de uma audiência a esta Federação, com carácter de urgência.

Tendo sido considerado que o diálogo do Ministro da Educação com a FENPROF, até ao momento presente, foi o mais escasso dos últimos 10 anos, propomos, desde já, que o primeiro ponto da ordem de trabalhos dessa reunião seja o do esclarecimento das relações institucionais que o Ministério da Educação pretende manter com a maior organização sindical de professores do país bem como a metodologia negocial que deve presidir a esse relacionamento.

Consideramos que a democracia exige uma definição clara de regras no sentido de tornar transparentes processos negociais de uma inequívoca complexidade, condição indispensável à preservação da autonomia e independência de ambas as partes.

Na expectativa da consensualização de um código de relacionamento político-sindical entre o Ministério da Educação e a FENPROF sugerimos para a agenda da próxima reunião os seguintes temas:

• Municipalização da educação; gestão e administração das escolas; reordenamento da rede escolar;

Sobre estas temáticas a FENPROF reclama uma cabal clarificação das intenções do Ministério da Educação e de alguns processos já em curso.

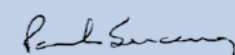
• Lei de Bases do Sistema Educativo: definição das metodologias para um amplo e aprofundado debate, com envolvimento dos parceiros, sobre a anunciada revisão.

• Estabilidade profissional e de emprego dos docentes.

• Respostas às diversas questões reiteradamente colocadas pela FENPROF a esse Ministério.

Com os melhores cumprimentos.

O Secretariado Nacional


Paulo Sucena
Secretário Geral

Nota: David Justino continua a recusar reunir com a FENPROF sobre os assuntos referidos nesta carta. Um longo jejum de meses.

Ensino Secundário

David Justino apresentou a 2.ª versão do documento orientador da revisão curricular

Rolando Silva
Secretariado Nacional da FENPROF

No dia 16 de Abril, David Justino apresentou ao Conselho Nacional de Educação a segunda versão do documento orientador da revisão curricular do Ensino Secundário.

Esta versão retoma e desenvolve a primeira versão, apresentada em 21 de Novembro, e sobre a qual a FENPROF emitiu a posição que veio publicada no "J.F." de Fevereiro, após a realização de um Encontro Nacional do Ensino Secundário, que decorreu em Lisboa, nos dias 30 e 31 de Janeiro e que registou a presença de mais de quatrocentos participantes.



Se bem que o próprio documento afirma que incorporou algumas centenas de posições e sugestões que foram chegando ao M.E. o seu conteúdo é quase idêntico ao da primeira versão, no que se refere às opções estratégicas, se bem que desta vez se encontrem melhor arrumadas e fundamentadas e, em alguns casos, melhor explicitadas.

É o caso da inclusão do conceito de permeabilidade entre os vários cursos e as

várias vias para os estudantes no escalão etário correspondente ao Ensino Secundário, que vai permitir aos alunos, durante todo o decurso desse ciclo de estudos, a mobilidade, mas o documento é frustrante, pois apenas define o quando, esquecendo-se de esclarecer o como.

Do mesmo modo também se explicita melhor os diferentes percursos (ensino científico-humanístico, ensino tecnológico, ensino artístico especializado,

ensino profissional e formação vocacional) e se refere a possibilidade dos alunos dos Cursos Tecnológicos acederem ao Ensino Superior, bem como a possibilidade das Escolas Secundárias organizarem cursos equivalentes ao ensino profissional, mas mais uma vez não se esclarece em que condições é que o poderão fazer.

Científico-Humanísticos

Finalmente, parece haver um desenho

curricular mais explícito, no que se refere à área da formação específica dos Cursos Científico-Humanísticos, com a possibilidade de sequencialidade de várias disciplinas do 11.º para o 12.º ano e com a indicação do leque de opções que os alunos poderão fazer logo na matrícula no 10.º ano. Contudo, se a grande maioria das escolas não puder oferecer um leque alargado de opções e se os alunos, no acto de matrícula, não tiverem a informação sobre quais as disciplinas nucleares, pedidas por cada escola superior, em relação aos cursos que os alunos pretendem mais tarde vir a frequentar, essa possibilidade de opção pode ser muito limitada e/ou até, mesmo, aleatória.

No geral, tanto nesta versão como na primeira, falta ainda saber o tipo de alterações que o Governo pretende introduzir na Lei de Bases do Sistema Educativo sendo que, antes dessa alteração, não será possível avançar com legislação mais específica para a reforma do Ensino Secundário. Mantêm-se, assim, todos os condicionalismos já apresentados na versão inicial e referidos negativamente pela maioria dos parceiros sociais.

Dois grandes problemas estruturais

O mais grave, porém, continua a ser a falta de soluções de fundo para os dois grandes problemas estruturais do Ensino Secundário: (1) a baixa taxa de frequência (65% contra as médias mais altas de 90% dos países da UE), aliada à distorção da procura dos alunos pelos cursos que só dão acesso ao prosseguimento de estudos (cerca de 70%); e (2) as elevadas taxas de insucesso no Ensino Secundário.

Em relação à primeira situação, não basta, para a sua resolução, anunciar o prolongamento gradual da escolaridade para 12 anos e a possibilidade de os alunos dos cursos tecnológicos terem acesso ao Ensino Superior. Com efeito, para que haja procura destes cursos, por parte dos alunos, é necessário dar-lhes idêntica dignidade em termos de qualidade pedagógica, definir as condições em que terão acesso ao Ensino Superior e organizar uma melhor ligação da escola com o mundo do trabalho. Se isto não for feito, eles continuarão a ser considerados opções de segunda e a não registarem a preferência dos estudantes.

Dar um peso maior à avaliação contínua

Quanto à questão do insucesso escolar, que é ainda maior nos cursos tecnológicos do que nos cursos gerais, e no 10.º ano do que no 12.º, não basta diminuir o número de exames e acabar, na prática, com as pro-

vas globais. É preciso continuar a dar um peso maior à avaliação contínua e resolver o problema de acesso ao Ensino Superior, a partir designadamente das próprias escolas superiores, para que o exame no Ensino Secundário não assuma o duplo carácter de penalização e de selecção e seriação no acesso aos cursos superiores.

Aliás, as recentes medidas de introdução dos exames, no 9.º ano, a Português e Matemática, para os alunos que estão a frequentar o 7.º ano de escolaridade, vão aumentar o carácter selectivo do acesso ao Ensino Secundário, pelo que corremos o risco não só de não superar as taxas de frequência de 65%, como também de introduzir a selectividade e a exclusão mais cedo no percurso escolar dos alunos, sem que esta medida constitua uma vantagem efectiva para o desenvolvimento do sistema educativo. ■

“As recentes medidas de introdução dos exames, no 9.º ano, a Português e Matemática, para os alunos que estão a frequentar o 7.º ano de escolaridade, vão aumentar o carácter selectivo do acesso ao Ensino Secundário, pelo que corremos o risco não só de não superar as taxas de frequência de 65%, como também de introduzir a selectividade e a exclusão mais cedo no percurso escolar dos alunos.”



Entrevista com Almerindo J. Afonso

As questões da autonomia, direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino, no momento em que se vive um período de forte ofensiva contra os princípios que dão vida à gestão democrática, são abordadas na entrevista concedida ao "JF" pelo Prof. Dr. Almerindo Janela Afonso, investigador e docente da Universidade do Minho (Instituto de Psicologia e Educação), que publicaremos na edição de Maio e para a qual desde já chamamos a atenção dos nossos leitores.

Prosseguir a luta

A FENPROF entende que é imperioso que os professores denunciem a forma clandestina e prepotente como o Ministério da Educação pretende legislar na área da gestão, desrespeitando dinâmicas de trabalho desenvolvidas nas escolas e agrupamentos e o funcionamento democrático da sua organização.

É tempo de dizer ao ME que os professores e as escolas recusam a imposição de soluções em que não se revêem, como a empresarialização das escolas, e continuarão a luta pela defesa e aprofundamento da democracia na gestão escolar.

O problema da avaliação

Alunos e professores manifestam alguma apreensão quanto à versão final da revisão curricular do Ensino Secundário, divulgada pelo Ministério da Educação. Rolando Silva, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) afirma que «é necessário olhar com muito atenção para o problema da avaliação do ensino secundário». «Estas medidas, sendo positivas porque aligeiram a carga e a tensão sobre os alunos não são suficientes para resolver os problemas do insucesso do secundário», acrescenta o docente.

Diário Económico, 16/04/03

Disciplinas nucleares

«Diz-se que poderá haver mudanças de opções e de cursos em todos os anos mas não se explica como poderão ser feitas», critica Rolando Silva, da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), acrescentando que tal possibilidade só terá sucesso se o aluno tiver informação sobre as disciplinas nucleares dos cursos superiores.

Diário de Notícias, 17/04/03

Educação Pré-Escolar

Encontro e manifestação em Lisboa

No passado dia 16 de Abril, por iniciativa da FENPROF, os Educadores de Infância voltaram à rua em defesa dos justos direitos. Primeiro concentraram-se num encontro nacional realizado na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. Depois, desfilaram até ao Ministério da Educação.

Antes da manifestação para a Av. 5 de Outubro, foi aprovada uma moção que recorda “a grande ofensiva” do ME contra este sector de ensino, sublinhando a propósito: “A publicação do Despacho nº 19310/2002 de 29 de Julho, que aplica à Educação Pré-Escolar um calendário escolar distinto do restante ensino básico, veio desrespeitar o princípio que define este sector de educação como a primeira etapa da educação básica, subvertendo e penalizando, entre outras actividades, os períodos de avaliação de alunos e projectos educativos que ocorrem nas interrupções lectivas. Desrespeita, ainda, os direitos profissionais dos Educadores de Infância consagrados no Estatuto da Carreira Docente.”

Acrescenta o documento aprovado por unanimidade no passado dia 16 de Abril: “Outras afirmações da responsabilidade do Ministro da Educação - nomeadamente ao referir-se à criação da rede pública da Educação Pré-Escolar como tendo sido “um erro grave”- e da sua equipa, permitem perceber o claro objectivo deste Ministério relativamente a este sector de educação, e demonstram um evidente retrocesso no que respeita ao conceito e função da Educação Pré-Escolar.”

“Numa altura em que é cada vez mais imperioso defender a Escola Pública, como garante da qualidade de ensino e da igualdade de oportunidades das crianças e jovens à Educação, os educadores de Infância dizem NÃO a qualquer tentativa de privatização da rede pública da Educação Pré-Escolar”, destaca a moção. ■



Cinco objectivos prioritários

Os Educadores de Infância reunidos no Encontro Nacional na Aula Magna em Lisboa, no passado dia 16 de Abril, exigem:

- Que o Calendário Escolar que venha a ser publicado para a Educação Básica integre também a Educação Pré-Escolar.
- Que se dignifique e valorize a Educação Pré-Escolar pública, o que passa pelo respeito da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e de toda a legislação subsequente.
- Que sejam criados os mecanismos necessários que permitam implementar uma resposta social para as famílias com qualidade, equipamentos adequados e profissionais devidamente qualificados, aplicando a legislação já existente.
- Que sejam respeitados os direitos profissionais dos Educadores de Infância consagrados no Estatuto da Carreira Docente, à semelhança do que acontece com os outros docentes.
- Que se revogue definitivamente o Decreto-Lei nº 542/79 - Estatuto dos Jardins de Infância, por ser inadequado e desajustado tendo em conta o contexto legislativo actual. ■



Calendário escolar: A teimosia do ME...

Passados dez meses sobre o primeiro pedido de reunião, o Ministério da Educação recebeu finalmente no passado dia 22 de Abril uma delegação da FENPROF para discussão do calendário escolar da Educação Pré-Escolar, matéria que tem envolvido os educadores de infância em várias acções de luta promovidas pela FENPROF, recorda uma nota de Imprensa divulgada pelo Secretariado Nacional da Federação.

O ME, lê-se no texto que chegou aos jornalistas, “reiterou a intenção de manter para o próximo ano lectivo um calendário específico para a Educação Pré-Escolar, negando a esse sector de educação a aplicação de um calendário coincidente com o do Ensino Básico, o que consubstancia uma atitude de desvalorização da função educativa daquela que é a primeira etapa da educação básica”.

“O Ministério reconheceu que a resposta social às famílias, que admite ser ainda bastante deficitária, só pode ser dada através da componente sócio-educativa e não pode ser confundida com a função educativa”, acrescenta a nota do SN, que conclui assim:

“Aos educadores de infância e à Federação Nacional dos Professores não resta outra alternativa senão continuar a luta em torno da dignificação da Educação Pré-Escolar e dos direitos profissionais dos educadores de infância”. ■

FENPROF avança propostas

Uma agenda alternativa para o Ensino Superior em Portugal

“O futuro do Ensino Superior em Portugal - continuidades, mudanças e rupturas” foi o lema que presidiu ao colóquio que a FENPROF realizou recentemente em Lisboa com a participação de Adriano Moreira, António de Almeida Costa, António Gomes Martins, Guilherme Arroz e João Vasconcelos e Costa. Na sessão de abertura, João Cunha Serra, responsável do Departamento de Ensino Superior da FENPROF, apresentou, em nome do Secretariado Nacional da Federação, um texto em que se analisam “a agenda neoliberal” e os “problemas e disfunções” que se vivem actualmente no Ensino Superior, e em que se propõe ainda “uma agenda alternativa” para este sector de ensino. Sintetizando um oportuno conjunto de propostas da FENPROF, o JF publica a última parte da declaração de João Cunha Serra.

Ensino Superior Público

1. Para enfrentar os elevados índices de insucesso e de abandono escolares, avançam-se as seguintes medidas:

a) Introduzir alterações à fórmula de financiamento para que esta tenha em consideração factores de qualidade e de sucesso;

b) Promover a celebração de Contratos de Qualidade que atribuam financiamentos temporários, adicionais, para apoio a projectos concretos de promoção da qualidade e do sucesso;

c) Valorizar eficazmente a formação e o desempenho pedagógicos, nas carreiras docentes, e, simultaneamente, disponibilizar cursos de formação pedagógica, de frequência obrigatória, para os novos docentes, e facultativa, para os restantes;

d) Implantar, de modo correcto, o Sistema Europeu de Transferência de Créditos no contexto da aplicação de metodologias activas de aprendizagem e de acompanhamento tutorial dos alunos, baseadas na clara explicitação dos objectivos a atingir (conhecimentos, competências e atitudes), reduzindo as cargas de ensino presencial excessivas, (libertando assim serviço docente, nomeadamente para o apoio tutorial), contabilizando o esforço que efectivamente se exige aos estudantes, que, não se deve esquecer, é limitado em número de horas diárias. Na sequência disto, reduzir o tempo destinado a exames e consagrar sistemas (mais) exigentes de prescrições, tornados aceitáveis, uma vez garantidas as condições necessárias ao sucesso de um aluno medianamente empenhado.

2. Para combater a desmotivação manifestada por muitos docentes, não-docentes e estudantes, e estabilizar o corpo docente, será necessário:

a) Garantir a todos, sem excepção, seja qual for o curso ou a instituição em que se encontrem, razoáveis condições e ambientes de trabalho e de estudo;

b) Assegurar, em especial, aos docentes e aos não-docentes condições e incentivos de natureza vária, designadamente quanto a oportunidades de promoção, visando a aquisição de mais e melhores qualificações e a melhoria do desempenho profissional;

c) Garantir a todos os docentes a vinculação estável à função pública, após terem completado com êxito um período probatório

de duração máxima de 3 anos, e assegurar-lhes mecanismos transparentes e equitativos destinados à obtenção da nomeação definitiva na carreira.

3. Para possibilitar novos modelos de gestão, reduzir o corporativismo e melhorar a resposta às necessidades da sociedade envolvente, propõe-se:

a) A assunção inequívoca, por parte do Governo, o que não aconteceu até agora por responsabilidade de vários Ministros, de um procedimento transparente e consequente de negociação, com vista à fixação de Planos de Desenvolvimento para cada instituição, que permita, a programação plurianual de investimentos;

b) Tornar obrigatória a avaliação dos projectos de Planos de Desenvolvimento, para emissão de pareceres, por parte de um órgão, de composição a definir com o acordo da instituição, onde participem representantes de entidades externas directamente interessadas e envolvidas na sua actividade;

c) Reduzir as condicionantes estatutárias das instituições e das respectivas unidades orgânicas, de forma a possibilitar uma diversidade de experiências de gestão, salvaguardando, porém, os princípios da separação de poderes, da participação democrática dos 3 corpos e da colegialidade das decisões.

4. Para que sejam contratados, como novos docentes, aqueles que à partida se demonstrem mais bem habilitados e, portanto, contrariar a tendência para contratação de licenciados, como novos docentes, em vez de doutorados (ou de mestres), quando existam, e para facilitar a mobilidade dos academicamente mais graduados, a nível nacional e internacional, dever-se-á:

a) Separar os procedimentos destinados ao recrutamento de novos docentes para uma instituição, dos que são utilizados para a promoção interna;

b) Estabelecer legalmente que em qualquer instituição a contratação de novos docentes para ingresso na carreira deve ser realizada para a categoria correspondente às habilitações académicas que detêm os que forem admitidos, sendo os concursos para recrutamento expressamente abertos com a indicação de atribuição de prioridade para as



As intervenções de João Cunha Serra, Adriano Moreira, António de Almeida Costa e António Gomes Martins e os comentários de Guilherme Arroz e João Vasconcelos e Costa, para além do debate com o auditório, marcaram o colóquio realizado pela FENPROF na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Lisboa. A “exigência aos alunos e às suas famílias do pagamento de propinas de valor elevado (com a eventual ajuda de bolsas, “cheques-ensino” ou empréstimos) e crescente desresponsabilização do Estado pelo financiamento do Ensino Superior Público” é uma das orientações da política neo-liberal, como alertou Cunha Serra, na abertura do debate



mais elevadas qualificações académicas;

c) Estipular que o mérito académico é privilegiado nos procedimentos de recrutamento pelo que, o tempo de serviço docente anterior, não poderá constituir um requisito de candidatura. Porém, nos casos em que os candidatos vencedores não disponham de um currículo lectivo considerado suficiente, serão contratados por um período probatório de docência, de um máximo de 3 anos, que permita avaliar as respectivas aptidões pedagógicas e de cuja conclusão com êxito dependerá a manutenção na carreira. Durante este período probatório, os docentes assim admitidos não poderão integrar júris de concursos para lugares de professor.

5. Para melhorar a produtividade da I&DE, propõe-se:

a) Atribuir às instituições financiamentos de base significativos para investigação, de forma indexada à qualificação dos respectivos corpos docentes e de maneira a incentivar a actividade de investigação, designadamente pela criação de novas unidades ou de parcerias com as existentes, permitindo, assim, o exercício da investigação aos docentes daquelas que não têm tido acesso a financiamentos da FCT, nomeadamente, a generalidade das do politécnico, eliminando as nítidas discriminações que se verificam actualmente;

b) Criar, nas unidades de I&DE (Investigação e Desenvolvimento Experimental), um número suficiente de lugares permanentes para pessoal investigador (a quem foi reconhecido mérito), não apenas para promover o desenvolvimento da investigação, como também para rentabilizar o investimento do Estado em bolsas de doutoramento, coerentemente com as políticas de formação avançada postas em prática;

c) Dotar as unidades de I&DE de um número adequado de técnicos de investiga-

ção inseridos numa carreira própria a criar.

6. Para incrementar a cooperação institucional e promover a racionalidade da oferta de formações e a relevância social das actividades do âmbito do Ensino Superior Público, defende-se:

a) Caminhar para um Sistema de Ensino Superior Público integrado e diversificado, através da eliminação de restrições administrativas à concessão de graus académicos que passaria a ficar apenas dependente da verificação de condições a fixar quanto à habilitação do pessoal docente e em relação à qualidade e à relevância da I&DE que este desenvolve, seja qual for a natureza da instituição, universitária ou politécnica.

b) Criar incentivos ao estabelecimento do diálogo entre instituições da mesma área temática ou da mesma região (universitárias e politécnicas), designadamente financeiros, com vista ao estabelecimento de parcerias que possibilitem a racionalização e o aumento da relevância social das ofertas formativas; uma mais acelerada formação dos respectivos corpos docentes; e a concretização de projectos de I&DE em parceria com o tecido económico e social envolvente.

7. Para desenvolver e consolidar uma cultura de promoção do rigor, da responsabilidade, da racionalidade e da qualidade, será necessário:

a) Criar uma Alta Autoridade para a Ciência e para o Ensino Superior, concebida como órgão uninominal, com competências para detectar disfunções, irregularidades e injustiças; propor às entidades competentes medidas para saná-las; servir de instância para a resolução de conflitos e velar pelo normal funcionamento das instituições da Ciência e do Ensino Superior;

b) Tornar mais eficazes e equitativos os processos de avaliação de instituições e de cursos, reavaliando a composição das comis-

sões de avaliação, no sentido de reforçar a sua isenção e a sua adequação à necessidade de formular juízos sobre a relevância, tanto a académica, como a social.

c) Identificar, com clareza, as debilidades a necessitarem de correcção, em cada curso ou instituição, objectivo este que deverá ser cumprido pelos relatórios que deverão e poderão, ainda, incluir recomendações no sentido de que o Governo aprove Contratos Programa que facultem o apoio financeiro necessário para resolver as dificuldades detectadas.

Ensino Superior Particular e Cooperativo (ESPC)

8. Para a criação, nas instituições do ESPC, de corpos docentes próprios e adequadamente qualificados, propõe-se que seja exigida a existência de um número mínimo de docentes, em regime de tempo integral, adequadamente qualificados, a fixar atendendo à natureza dos cursos ministrados e ao número de estudantes que os frequentam.

9. Para aumentar a actividade de investigação nas instituições do ESPC, deve ser exigido às instituições, para que possam atribuir os graus académicos de mestrado e de doutoramento, em determinada área científica, a existência de actividades de investigação relevantes nessa área e não meramente a existência de um número suficiente de docentes com as qualificações de mestre ou de doutor.

10. Para aumentar a estabilidade de emprego e a motivação dos docentes, e concomitantemente a qualidade do seu trabalho, deve ser urgentemente publicado um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo. ■

Gestão Democrática em perigo

Opções do Governo criticadas por todos

A FENPROF realizou no passado 25 de Março, na Escola Superior de Comunicação Social em Lisboa, o Fórum "Defender e aprofundar a democracia na gestão escolar", reunindo cerca de 600 professores e educadores de todo o país. Organizada em dois painéis, esta iniciativa contou com intervenções de Paulo Sucena, Secretário Geral da FENPROF, Manuela Esteves e João Barroso, da Universidade de Lisboa, Licínio Lima e António Sousa Fernandes, da Universidade do Minho, e Luís Pargana, vereador da Educação da Câmara Municipal de Portalegre e professor.



O regresso do autoritarismo

Manuela Esteves, que interveio na sessão da manhã, localizou a sua intervenção questionando as razões das mudanças que o actual Governo pretende introduzir no domínio da gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino. Assim, para a investigadora, a aposta é feita claramente na redução da despesa. Tomando esta matéria como primeiro tópico, Manuela Esteves refere que esta redução influenciará significativamente a diminuição da capacidade reivindicativa das escolas e terá como seu

executor acríptico o gestor cumpridor da política geral definida centralmente pelo Ministério da Educação. Uma política que "visa a diminuição das despesas sociais. Uma política de contornos neo-liberais que sugere que quem quer beneficiar dos bens sociais básicos, como a Educação e a Saúde, deve pagá-los" e que tem hoje condições para se concretizar, tendo em conta a maioria de direita existente na Assembleia da República.

Outro aspecto referido por Manuela Esteves relaciona-se com o regresso do autoritarismo à gestão escolar. Uma maté-



Manuela Esteves



João Barroso

ria muito cara a este Governo que, demagogicamente, tem procurado estabelecer a confusão entre autoridade e autoritarismo. No discurso oficial, a figura do director, órgão de gestão unipessoal, nomeado ou contratado, pressupõe uma inversão radical das opções em matéria de política educativa: o gestor não será o representante da escola junto da administração central, para passar a representar esta junto da escola. No fundo recuperando a figura do Reitor dos velhos liceus.

Manuela Esteves reafirma assim a sua ideia de que David Justino persegue o apoio da opinião pública portuguesa, tentando garanti-lo com a ideia de que não compete aos especialistas gerir os espaços da sua área de intervenção. O gestor passa a ser, então, o recurso de que se serve o ME para "pôr a casa em ordem". A política do Governo assenta, assim, "na redução do espaço de intervenção democrática e plu-

ral", pretendendo, com o ataque que faz à profissionalidade docente, dar um sentido extensivo à recusa da escola pública.

Manuela Esteves terminou com um conjunto de propostas que considera deverem ser integradas em futura regulamentação desta matéria e que vão no sentido contrário ao pretendido por Justino: melhorar e encontrar formas de maior participação dos alunos, dos professores e da comunidade educativa, devendo, por esta via, ser dada mais importância à gestão no plano pedagógico.

Os processos de regulação dos sistemas educativos

João Barroso, na sua intervenção fez uma caracterização da evolução do sistema educativo, defendendo que "o debate sobre a gestão escolar deve incidir, numa primeira análise, na questão política",

reforçando a ideia desenvolvida por si em outros momentos de que "desde os anos 80 assistimos a uma recomposição do papel do Estado ao nível da Educação".

Justificando esta ideia, Barroso fez a comparação entre um sistema que foi construído desde os finais do século XIX com um forte compromisso do Estado com os professores em torno da Educação, numa perspectiva de desenvolvimento do ensino público, e o fenómeno de regulação pelo "mercado", tentando estabelecer, a partir dos finais do século XX, uma aliança com os pais e a chamada sociedade civil, contra os professores. Para tal tem contribuído a acção de instâncias externas ao país, como o Banco Mundial, a OCDE e a OMC, para se referirem algumas, que passaram a ditar, como medida correctora da crise que os países enfrentam, a transferência de responsabilidades para as comunidades e a progressiva desestatização do ensino.

Uma escola não é uma empresa!



A FENPROF reafirma a necessidade de aprofundar a democracia nas escolas, aumentando os níveis de participação dos professores e de outros elementos da comunidade educativa nos diversos níveis de decisão, e sobrelevando as exigências pedagógicas do funcionamento em relação aos ditames administrativos.

É nesse sentido que se orientam as propostas da FENPROF que são completamente opostas a qualquer tentativa de nomeação de gestores.

A concretização desse desejo do Governo seria de consequências muito negativas para o funcionamento das escolas que se pretende assente em pressupostos de intencionalidade pedagógica e também para o exercício da actividade profissional docente. Isto porque uma escola não pode ser gerida como uma empresa e não podem desligar-se desta intenção outras já manifestadas publicamente pelo titular da pasta, nomeadamente referentes aos recrutamento e à avaliação dos docentes ou ao desempenho das escolas no quadro de um alegado mérito e de uma pretensa eficácia.

Imposição de agrupamentos

A FENPROF considera inadmissível a forma como em algumas regiões se prepara o terreno para a nomeação dos gestores,

com a administração educativa regional a promover reuniões com órgãos de gestão e autarquias onde são prestadas informações e dadas orientações ilegais. Relevam, neste domínio, a tentativa de suspender processos eleitorais para órgãos de gestão, a suspensão dos processos de revisão de regulamentos internos e a imposição de agrupamentos de escolas, envolvendo ilegalmente as secundárias e sem que, no respeito pelo disposto no Decreto Regulamentar 12/2000, as escolas se pronunciem favoravelmente.

Também a dimensão proposta torna evidente a intencionalidade administrativa e economicista que sobreleva em relação à pedagógica.

Da resolução aprovada pelo Conselho Nacional da FENPROF, órgão máximo entre Congressos, Lisboa, 21/02/03. ■



Licínio Lima



António Sousa Fernandes



Luís Pargana



Manuela Mendonça

Os problemas que se colocam à educação são de ordem política

Nas outras duas intervenções da tarde **Licínio Lima** denuncia que se está a colocar a Educação como um problema técnico e gerencial, numa perspectiva tecnocrática, produtivista e empresarial. “O poder faz um discurso que nega a educação como um direito humano básico, reconceptualizando--a como um serviço passível de ser privatizado, passível de mercantilização, conferindo-lhe um carácter instrumental do desenvolvimento económico, em torno de três ideias chave: empregabilidade, adaptação ao mercado de trabalho e competência para competir contra o outro”.

Para **Licínio Lima** uma das preocupações da maioria que governa é colocar escolas contra escolas, alunos contra alunos e turmas contra turmas. “O aluno é tratado como matéria prima num processo de produção, explicando-se, por isso, a defesa que é feita dos “rankings” pelo actual Ministro”.

Sousa Fernandes fez a defesa da regulação local do sistema educativo através de uma maior atribuição de poderes e meios ao nível dos municípios, para que estes, num processo contínuo de negociação com a escola, sejam motores muito envolvidos do desenvolvimento local do sistema educativo. Nesta lógica, qualquer espartilho à autonomia das escolas seria contraproducente para uma efectiva ligação das responsabilidades autárquicas com estabelecimentos de educação e de ensino.

FENPROF apresenta Caderno sobre a Gestão Escolar

No Fórum Nacional foi ainda apresentado o último número dos **Cadernos da FENPROF** sobre esta temática, incluindo artigos de Paulo Sucena, João Barroso, Licínio Lima, Sousa Fernandes, Manuela Esteves, Luís Pargana, Rui Canário, Isabel

Baptista e Fernando Bessa Ribeiro. Com o título “**Direcção e Gestão das Escolas - Defender e aprofundar a democracia na gestão escolar**” este Caderno da FENPROF inclui, para além dos depoimentos dos especialistas referidos, as propostas da FENPROF para a Direcção e Gestão das Escolas e Agrupamentos. Refira-se, a este propósito, que é intenção da FENPROF, com esta publicação, contribuir “para alargar a reflexão e promover o debate em torno do sentido e objectivos das medidas de política educativa que o actual governo pretende levar à prática”, como é indicado na sua nota introdutória.

Este Caderno tem uma edição especial de 2000 exemplares e integra o número de Março do Jornal da FENPROF, chegando, por esta via aos mais de 55000 associados dos sindicatos da FENPROF, prevendo-se agora uma distribuição pelos órgãos de gestão das escolas e dos agrupamentos.

Maioria dos professores contra gestores profissionais

Milhares de professores e educadores têm manifestada a sua oposição em relação à profissionalização da gestão das escolas e à nomeação dos gestores ou à sua contratação, sem se sujeitarem a um processo democrático de eleição.

Mais de 40 000 docentes da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário subscreveram o abaixo-assinado lançado pela FENPROF. Tal como tinha sido decidido pelo Conselho Nacional da FENPROF, no dia 4 de Abril as assinaturas foram entregues no Ministério da Educação (ver reportagem neste número do JF). Para tal deslocaram-se a Lisboa muitos activistas sindicais que apoiaram a iniciativa convocada pelo Secretariado Nacional da FENPROF. ■

Licínio Lima (Universidade do Minho):

Autonomia e governação democrática das escolas

(...) A autonomia, palavra-chave, um conceito e uma ideia relevante na luta por uma escola mais democrática, vem sendo hoje reconceptualizada como um mero elogio da diversidade da execução periférica das decisões centrais. É uma ideia do género: sejam autónomos na execução das decisões que nós já tomámos por vós...

Não é esta a autonomia pela qual o pensamento pedagógico, crítico e democrático se vem batendo há muitas décadas. Temo-nos batido por uma autonomia em sentido forte. Paulo Freire falava de uma autonomia como ingerência, como capacidade de participar nas decisões, como co-autoria na governação e na decisão, isto é: uma autonomia compatível com o conceito de escola governante, que idealmente, ainda que utopicamente, faz o caminho para o seu auto-governo ou, pelo menos, para o governo em co-autoria, em co-responsabilidade com outras instâncias de âmbito nacional, uma autonomia verdadeira, conferindo a capacidade de participar nas decisões.

Uma outra autonomia completamente distinta destas é a autonomia como simples participação subordinada à gerência dos outros, compatível com um conceito de escola governada, não compatível com a autonomia mas com a heteronomia.

Ainda que por vezes com considerável atraso e dando conta mesmo de especificidades que são nossas, características portuguesas, estas orientações políticas vêm ocorrendo também em Portugal nos últimos anos e com bastante intensidade, como se tem visto. Os problemas da educação, a crise da escola pública, são reduzidos a problemas de gestão. Trata-se, de certa forma, da política do não político, naturalizando a busca de soluções técnicas e racionais; os problemas da escola não são mais problemas de política educativa; são, essencialmente, problemas de gestão e é isto que nós chamamos gerencialismo (...)

Creio que uma boa parte dos problemas da escola pública prende-se com problemas de governação democrática, isto é, problemas de busca de novos ordenamentos próprios, autónomos, de perspectivas de autogoverno, de consagração e realização efectiva dos princípios da participação e da autonomia. Isto não

significa que as questões organizativas, de administração, de gestão sejam irrelevantes ou indiferentes.

Quanto mais democráticas forem as escolas, quanto mais autonomia tiverem, mais as questões de organização e de administração são relevantes. Agora, o que é mais relevante no momento português que vivemos é discutir as questões da governação democrática das escolas portuguesas. Começar por discutir os problemas da gestão e numa atitude técnica, implementativa, gerencial, é começar a discutir o que não é mais relevante, dando de barato que as questões políticas de fundo estão resolvidas. (...)

O exercício profissional responsável da gestão escolar representa uma área fundamental do exercício da profissionalidade docente. Exige, portanto, experiência, estudo, formação, idealmente logo a partir da formação inicial de educadores e professores e eventualmente também desenvolvida através da formação contínua ou da formação em serviço. O exercício profissional da gestão escolar já hoje ocorre em muitas escolas portuguesas, fruto da experiência e da formação de quem lá está, - creio que o sistema educativo desse ponto de vista é um sistema notável da administração pública; duvido que haja outro sistema ou subsistema onde haja tantos profissionais com formação inicial, contínua e pós-graduada nesta área. Neste sentido, o exercício profissional da gestão escolar não exige um gestor profissional no sentido do gestor, do técnico que veio de fora, que é nomeado, que tem uma carreira diferente ou paralela; o director ou o gestor profissional, como lhe queiramos chamar, eventualmente nomeado pela administração central ou regional, representando o centro junto de cada escola seria, na actual conjuntura político-administrativa, um elemento de recentralização do poder, um comissário político-administrativo ou um director-delegado que, naturalmente, funcionaria absolutamente ao contrário do que tivemos aqui a reflectir. (...)

Extractos da intervenção de Licínio Lima, docente da Universidade do Minho, no Fórum Nacional “Defender e aprofundar a democracia na gestão escolar” ■

Paulo Sucena:

Professores rejeitam uma Escola elitizada

“O que o Ministério da Educação pretende levar a cabo é algo mais complexo do que mexer na mera gestão das escolas”, sublinhou Paulo Sucena na abertura do Fórum Nacional “Defender e aprofundar a democracia na gestão escolar”. O secretário-geral da FENPROF chamava assim a atenção para recentes declarações do ministro David Justino, “muito pouco fundamentadas”, de claro “empobrecimento do regime democrático”, segundo as quais a maioria de que dispõe na Assembleia da República dá ao Governo e neste caso ao ME a possibilidade de transformar as leis a seu belo prazer...

Para o ministro da Educação “pouco importa o que dizem as organizações representativas dos professores, os pais e encarregados de educação, as autarquias ou outras entidades”. Trata-se, como referiu Paulo Sucena, “de um pensamento que torna a democracia meramente formal”; assim, as escolas e os professores “poderão estar sujeitos a maiorias conjunturais de quatro em quatro anos”, que deterão o poder de pôr em causa documentos fundamentais como a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Estatuto da Carreira Docente, entre outros.

“Os professores e o sistema educativo andariam, assim, aos baldões, sujeitos às inclinações políticas e conjunturais... Com um determinado governo e uma determinada maioria haveria uma Lei de Bases; com outro governo e com outra maioria, haveria outra Lei de Bases... Não foi esse o espírito que levou à aprovação da LBSE e no caso vertente da gestão das escolas há algo que politicamente tem um peso semelhante: os professores portugueses mostraram à Europa uma maneira nova de gerir as escolas e há hoje um património de experiência com mais de 25 anos, em que os professores conseguiram pôr de pé aquilo a que justamente chamamos gestão democrática das escolas”, destacou Paulo Sucena, que afirmou de seguida:

“Sem avaliar este trabalho, sem avaliar o papel dos professores no funcionamento das escolas, o Ministério diz que agora as escolas passam a ser dirigidas por um

director executivo ou um gestor, deitando-se por terra todo aquele património. Não leio apenas nesta política uma mera mudança em relação a princípios fundamentais da gestão democrática (representatividade, elegerabilidade, colegialidade, participação, etc.). Há aqui claramente um fenómeno de regressão. Já tivemos reitores e directores. Agora, querem directores-executivos ou gestores”.

E acrescentou:

“A palavra “mudança”, que tem vindo a ser gasta no discurso político dos últimos anos, implica aqui algo de muito grave. Este Governo quer debilitar o perfil profissional dos professores portugueses, ao afirmar categoricamente que os professores não têm condições para gerirem as escolas. Na óptica do Governo e dos políticos do ME, o professor deve limitar-se a dar cumprimento às circulares que as cabeças bem pensantes da 5 de Outubro vão mandando para as escolas”.

O ministro David Justino, acusou o dirigente da FENPROF, “vai dizendo que tem muito interesse pelo trabalho dos professores e ao mesmo tempo vai diminuindo o estatuto e o campo de acção dos docentes”.

“O conceito de autonomia vai-se esvaziando”, alertou Paulo Sucena, que observou noutra passagem:

“Este combate pela gestão democrática tem a ver com essa luta mais vasta que os professores têm que empreender contra uma política conservadora, defensora de



uma escola elitizada”.

“Os professores”, garantiu o secretário-geral da FENPROF, “não caem na indiferença e mesmo quando surgem alguns sinais de desilusão há que esclarecer e mobilizar. Alguns conselhos executivos poderão ter atitudes e comportamentos que não sejam correctos, que mereçam mesmo a crítica dos docentes, mas pelo facto de um determinado conselho executivo ter um comportamento que em certos momentos desagrada a alguns professores, não se pode daí concluir: então venha lá o tal gestor, o tal director-executivo. Há aqui um problema de princípios, de funcionamento da escola, do papel do professor na escola”.

“A autonomia não é uma doação. É algo que, continuamente, tem que se conquistar”, lembrou Paulo Sucena. ■

Para o ministro da Educação “pouco importa o que dizem as organizações representativas dos professores, os pais e encarregados de educação, as autarquias ou outras entidades”.

1º CEB em www.escolanova.com Escolas portuguesas no séc. XXI...

Este espaço na Internet tem-se mostrado de grande utilidade no combate “Por uma Nova Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico”:

— Diversos jornalistas têm partido da informação disponibilizada no site para fazer notícia sobre a situação em que funcionam a maioria das escolas do 1.º CEB, as propostas da FENPROF e as posições da CONFAP;

— Por outro lado, regularmente, vão chegando denúncias com origem nas associações de pais, juntas de freguesia e escolas.

Brevemente, este espaço na Internet vai receber novas fotografias e textos sobre outras escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Aqui se deixa o apelo para que os professores enviem fotografias e textos sobre escolas do 1.º Ciclo das áreas onde trabalham ou residem.

Em alternativa, basta que nos seja fornecida informação sobre escolas que devam ser incluídas em www.escolanova.com. Em qualquer caso, aqui ficam os contactos:

FENPROF — Rua Fialho de Almeida, 3, 1070 - 128 Lisboa ou geral@escolanova.com

Não falamos apenas de escolas como as que aqui ficam. O que faz falta é denunciar a penúria de recursos pedagógicos e didácticos, o abandono e, obviamente, a degradação a que muitas escolas chegaram.



Bica de Pau (Ribeira Brava, RA Madeira)



Sambado (Sertã)



Vilar de Arca (Cinfães)



Vilar de Arca (Cinfães)



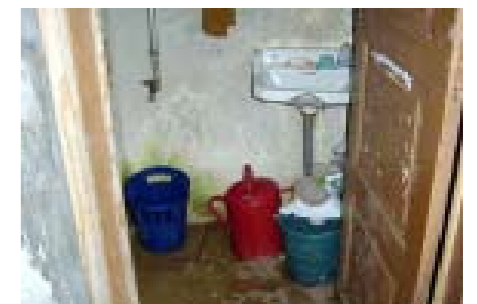
Srª da Aparecida (Torno, Lousada)



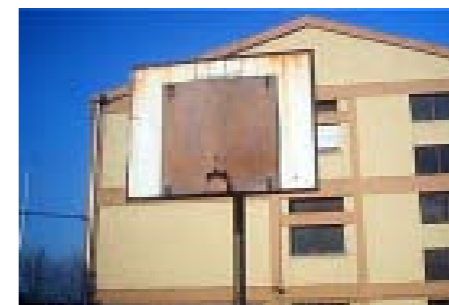
Pedregos N° 2 (Estrumil, Vila Verde)



Gosende (Castro D'Aire)



Granja (Penacova)



Estarreja N°1, Paço



Leiradela (Travassos, Póvoa de Lanhoso)

Eles querem a guerra, nós não os devemos deixar em paz

Henrique Borges

Direção do SPN

“É a guerra aquele monstro que se sustenta de fazendas, de sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não há mal algum que, ou se não padeça, ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro.”

António Vieira

Por mais que me esforce, não consigo aceitar as justificações para esta guerra. Espanta-me, por isso mesmo, a “subtileza” de raciocínio e a “profundidade” de análise manifestadas por Vasco Graça Moura, na resposta a um inquérito do *Jornal das Letras* e publicado na sua edição de 2 de Abril (n.º 848, pág. 17), para quem “a guerra no Iraque tem por fim neutralizar o risco de produção incontrolada de armas de destruição maciça, conter o terrorismo internacional e derrubar um regime sanguinário.”

Leio, pasmo e pergunto-me: *Se o Iraque produziu rabanetes em vez de petróleo a vontade de derrubar o ditador Saddam Hussein e em “democratizar” o Iraque manifestar-se-ia do mesmo modo?* Para Vasco Graça Moura, por certo que sim. Pena é que lhe vá faltando a inteligência e a sensibilidade, pois se assim não fosse, a solução que proporia para impedir o direito de veto no Conselho de Segurança da ONU, seria certamente “genial”. Assim, limita-se a propor que o funcionamento do referido Conselho “seja repensado, em especial no tocante aos sujeitos e às condições do exercício do veto.” Tudo em nome do Império, com o seu centro em Washington.

Tenho de admitir que o meu entendimento sobre o papel da ONU e dos Estados Unidos é bem diferente do de Vasco Graça Moura. Talvez por isso, perceba porque motivo Washington nunca ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), nem o Acordo sobre os Direitos

Económicos, Sociais e Culturais (1966), nem a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), nem sequer o Protocolo de 1989, que completava o Acordo para a Interdição da Execução de Menores - ainda praticada nos Estados Unidos, o país do mundo que, na opinião de Edward S. Said, professor de literatura comparada na Universidade de Columbia - EUA, mais se reclama explicitamente da religião: “In

God We Trust”, “*God Bless America*”... (*Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, Março de 2003)

Ordens...

É estranho este “deus” dos americanos. Em 1898, terá ordenado ao então presidente dos Estados Unidos da América, William McKinley, quando, certo dia, por volta da meia-noite, este caminhava pelos corredores da Casa Branca, para ficar com as ilhas Filipinas, a fim de civilizar e cristianizar os seus habitantes. Não sei se este “deus” terá ordenado alguma coisa ao presidente George W. Bush a respeito do Iraque, mas se o fez, as suas ordens foram certamente diferentes daquelas que terá dado ao Papa. Ou será que não se trata do mesmo “deus”? Ou será que George W. Bush se julga, ele próprio, “deus”? Não só não é “deus”, como é alguém que julgo ignorante - será que acredita que a civilização nasceu no Texas e foram os seus compatriotas que inventaram a escrita? - , arrogante - “se não estão connosco, estão



contra nós” - e incapaz de escutar algo mais do que a sua própria voz, caso contrário teria dado ouvidos ao carinhoso conselho do escritor alemão Gunter Grass e, se queria demonstrar algo de muito importante ao pai Bush, em vez de bombardear o Iraque, melhor seria ter consultado um psicanalista, como muito bem lembra o escritor uruguaio Eduardo Galeano, num artigo publicado no jornal mexicano *La Jornada*, no passado dia 24 de Março.

Todos sabemos...

Sou daqueles que pensam que, mesmo com o aval do Conselho de Segurança da ONU e tal não aconteceu, esta seria sempre uma guerra sem sentido e um crime contra a paz. Cabe aqui lembrar a Carta das Nações Unidas que, no seu artigo inicial, sublinha que o primeiro objectivo da ONU consiste em “manter a paz e a segurança internacionais” e em “reprimir qualquer acto de agressão ou outra ruptura da paz.” Como José Saramago, digo que “a terra pertence aos povos que a habitam, não

àqueles que, servindo-se de uma representação democrática descaradamente pervertida, os exploram, manipulam e enganam.”

Todos sabemos que os Estados Unidos são o país que mais fabrica e vende armas no mundo. Todos sabemos que são a única nação que já lançou bombas atómicas contra população civil e que, “por tradição”, estão sempre em guerra com alguém. É por isso que sou também daqueles muitos, americanos incluídos, que, por todo o mundo, pensam que a maior ameaça à paz universal vem da administração norte-americana, a quem o dramaturgo Harold Pinter, no discurso pronunciado ao receber o título honorário da Universidade de Turim, em finais de 2002, chamou de “besta sedenta de sangue”.

Não sei quantas vezes mais será necessário cobrir com uma cortina a Guernica de Picasso, para que os “toques de clarim de Colin Powell” não sejam perturbados. Por isso, como disse Saramago na manifestação de 16 de Março em Madrid, que

reuniu mais de 400 mil pessoas, “a partir de hoje não se tratará simplesmente de dizer “Não à guerra”, mas sim de lutar todos os dias e em todas as instâncias para que a paz seja uma realidade, para que a paz deixe de ser manipulada como um elemento de chantagem emocional e sentimental com que se pretende justificar guerras. Sem paz, sem uma paz autêntica, justa e respeitosa, não haverá direitos humanos. E sem direitos humanos - todos eles, um por um - a democracia nunca será mais que um sarcasmo, uma ofensa à razão, uma despuddorada mentira. Nós, que aqui estamos, somos uma parte da nova potência mundial. Assumimos as nossas responsabilidades. Vamos lutar com o cérebro e o coração, com a vontade e o sonho. Sabemos que os seres humanos são capazes do melhor e do pior. Eles (não é necessário dizer agora os seus nomes) escolheram o pior. Nós escolhemos o melhor.”

PS: A propósito dos medos e da tradição nos Estados Unidos, sugiro o filme/documentário “*Bowling for Columbine*” de Michael Moore. |

Os 20 anos da FENPROF Concurso de cartazes 1º prémio: Gisela Meireles

Aos dezassete dias do mês de Abril de 2003 reuniu-se, na sede da FENPROF, na Rua Fialho de Almeida, nº 3, em Lisboa, o júri do concurso para o cartaz comemorativo do 20º aniversário da Federação Nacional dos Professores.

O júri foi constituído pelos seguintes elementos: Adriano Rangel, António Avelãs, António Baldaia, João Rabaçal, José Paulo Oliveira e Luís Lobo.

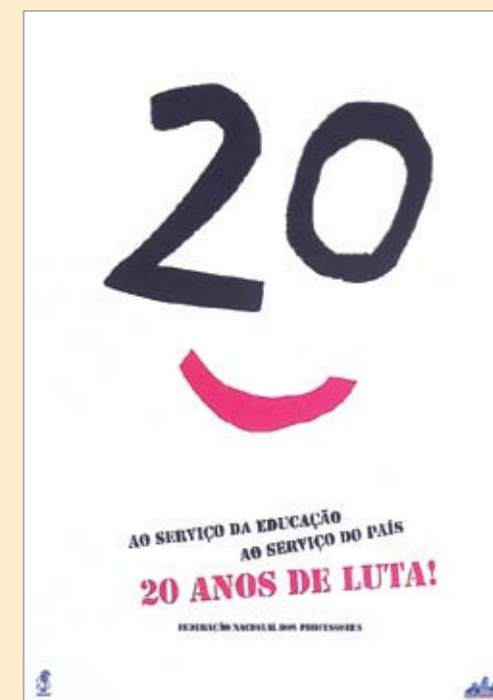
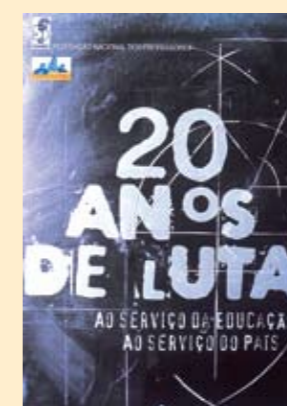
Foram enviados a concurso trabalhos dos seguintes autores: José Gomes Sapinho, Henrique Filipe H. Santos, Tiago Andrade S. Madeira, António Joaquim Oliveira S. Rodrigues, Gisela Maria V. Meireles, Miguel Ângelo S. Oliveira, Raimundo José L. Tavares, Eduardo Miguel Gonçalves da Silva e Miguel Farinha Graça.

Tendo em conta o regulamento previamente divulgado (“JF” nº 183, Fevereiro 2003) e após rigorosa análise, o júri seleccionou quatro trabalhos, tendo atribuído o primeiro prémio a Gisela Maria Vieira Meireles com 22 pontos, seguindo-se os trabalhos de Eduardo Miguel Gonçalves da

Silva (17 pontos), Tiago Andrade dos Santos Madeira (13 pontos) e de Gisela Maria V. Meireles (12 pontos).

Lisboa, 17/04/03

Recorde-se que, com todos os trabalhos apresentados a concurso, a FENPROF fará uma exposição pública no decorrer do próximo Congresso, a realizar em 2004, prevendo-se que este certame percorra também todas as regiões sindicais do País. |



1º Classificado



Foto: Jorge Cabral (Manifestação Nacional da CGTP-IN, Lisboa 8/2/2003)

Jornada de acção nacional e europeia e outras lutas

Os trabalhadores não cruzam os braços!

“Promovem a redução do papel do Estado, privatizam a torto e a direito e sem acautelar os interesses estratégicos do país, reduzem o emprego na Administração Pública e ameaçam com cortes no subsídio de doença e aumentos das propinas e das taxas moderadoras” - estes são alguns dos caminhos da política do Governo Barroso/Portas, que tem merecido o firme repúdio dos trabalhadores. Nos últimos meses várias acções de grande envergadura, envolvendo também os Professores, têm sublinhado essa firme disposição de protesto e luta, como sucedeu, por exemplo, na manifestação nacional de 8 de Fevereiro (contra o pacote laboral e o aumento do custo de vida, por salários e políticas sociais justas) e na jornada nacional e europeia de acção sindical (contra a regressão social, pelos direitos dos trabalhadores), que decorreu em 21 de Março com iniciativas em todos os distritos do país, e na qual foi aprovada uma resolução que, devido à sua actualidade, aqui abordamos nestas páginas.

E stá em curso uma violenta e ampla ofensiva contra os nossos direitos e interesses, tendo como autores o Governo PSD/PP e o grande patronato. Em resultado disso, as desigualdades e as injustiças aprofundam-se na sociedade portuguesa. O desemprego disparou e as dificuldades económicas do país agravam-se, fruto da aplicação de um modelo de desenvolvimento esgotado, que assenta em baixos salários, baixas qualificações e forte exploração da mão-de-obra.

Essa ofensiva traduz-se na apresentação dum Pacote Laboral que, além de desregulamentar e precarizar mais o trabalho, subordinando em absoluto as relações laborais ao poder patronal, visa tornar as custos do trabalho mais baratos, desestruturar a vida pessoal e familiar dos trabalhadores e destruir a contratação colectiva. A nova lei da imigração visa

facilitar e aprofundar esta ofensiva.

Assistimos também a ataques ferozes à Segurança Social, à Saúde e ao Ensino públicos, visando entregar à iniciativa privada as suas partes mais lucrativas, sem qualquer respeito pelos direitos e pelas reais necessidades dos cidadãos.

A marca da injustiça está bem vincada também na política de rendimentos e preços que o Governo Durão/Portas tem vindo a impor desde que tomou posse.

Rendas de casa, energia eléctrica, gás e água, transportes públicos e outros bens e serviços essenciais tiveram aumentos muito acima da inflação. Os preços dos combustíveis já aumentaram mais de 12% com este Governo.

O Governo impôs a redução dos salários reais dos trabalhadores da Administração Pública e, seguindo-lhe o exemplo, os patrões aumentaram o bloqueio à contratação colectiva, para conseguirem uma maior exploração do trabalho.

As pensões e o Salário Mínimo Nacional sofreram uma acentuada quebra do poder de compra.

A injustiça fiscal aumentou em resultado do aumento do IVA e do agravamento dos impostos sobre o trabalho, enquanto a fraude e evasão fiscal continuam. As execuções mensais demonstram que, retirados os impostos sobre os rendimentos singulares, as receitas fiscais são cada vez menores. Os rendimentos do Capital e as grandes fortunas continuam a gozar de

impunidade.

Entretanto, mantêm-se anos a fio - em alguns casos, mais de 20 anos - as dívidas aos trabalhadores por via do encerramento das empresas, atingindo já centenas de milhões de euros.

Ao mesmo tempo, promove-se a redução do papel do Estado, privatiza-se a torto e a direito e sem acautelar os interesses estratégicos do país, reduz-se o emprego na Administração Pública e ameaçam com cortes no subsídio de doença e aumentos das propinas e das taxas moderadoras.

Esta política não serve os trabalhadores, nem o país. Ela é a responsável pela falta de confiança das empresas e das famílias. Ela faz parte do agravamento e não da cura dos males da economia.

Tudo nos diz que o primeiro-ministro Durão Barroso e o seu Governo defendem melhor os interesses de George W. Bush e dos falcões dos EUA do que os interesses de Portugal e dos Portugueses. A sua conduta desonra-nos e arrasta o país para uma aventura de consequências muito funestas.

Somos contra a Guerra. Só a Paz garante condições de progresso económico e de justiça social.

Não aceitamos a regressão social.

A nossa luta vai ser longa e difícil, mas temos forças para derrotar a política de dirita e os seus executores.

O futuro não pode ser de mais sacrifícios e privações só para quem trabalha. ■



Escolas do 1º CEB em Viseu: viagem alucinante

A maioria das escolas primárias do distrito de Viseu está numa situação “de vergonhosa degradação”, existindo mesmo uma que funciona há mais de duas décadas num pavilhão pré-fabricado “em completa ruína”, alertou fonte sindical (8/04). Em declarações à “Lusa”, Francisco Almeida, do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) disse ter ficado “chocado” com algumas situações “terceiro mundistas” que encontrou nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico do distrito de Viseu, no âmbito de um levantamento que a FENPROF está a realizar a nível nacional. “Sabia que havia muitas escolas degradadas, porque os professores falavam delas, mas não imaginava que a situação fosse tão grave. Fiquei espantado com a degradação a que as autarquias e o Governo deixam chegar as escolas”, afirmou.

Comércio da Porto, 9/04/03

Autarca reconhece...

O caso da escola do 1º CEB de Vilar de Arca, no concelho de Cinfães, é apontado pelo dirigente sindical como o mais grave, dado o elevado estado de degradação do pavilhão pré-fabricado em que funciona. O presidente da Câmara de Cinfães, José Pereira Pinto, reconheceu à “Lusa” que a escola não tem condições, uma situação de que apenas teve conhecimento “há um ou dois meses”...

Idem

Agrupamentos a todo o vapor...

“O reordenamento a que procedemos é no sentido de transformarmos todos os agrupamentos horizontais em verticais e fazer com que todas as realidades que não estão agrupadas passem a estar. E a orientação é para conduzir este processo o mais depressa possível”, assume o secretário de Estado (Abílio Morgado).

Público, 17/04/03

Por uma Europa social

Os trabalhadores presentes na acção descentralizada nacional e europeia contra a regressão social e pelos direitos de quem trabalha, por uma Europa ao serviço da Paz e da justiça social no mundo, realizada pela CGTP-IN e confluindo na Jornada de Acção Europeia da Confederação Europeia de Sindicatos, realizada em 21 de Março, assumem o compromisso de intensificar o esclarecimento e lutar empenhados, de acordo com as orientações e as decisões que venham a ser tomadas pelos órgãos da CGTP-IN, pelos seguintes objectivos:

1. pela Paz, contra a Guerra;
2. contra o Pacote Laboral, pela defesa dos nossos direitos, pelos nossos contratos colectivos e pelo aumento real dos salários;
3. pela defesa dos postos de trabalho, por políticas geradoras de emprego de qualidade;
4. contra o generalizado aumento dos preços de bens e serviços essenciais;
5. contra as políticas sociais do Governo e os ataques aos sistemas públicos da saúde e do ensino;
6. pela defesa da segurança social, impedindo que a Lei de Bases do Governo destrua o sistema e diminua as prestações sociais;
7. por mais justiça fiscal, contra a evasão e fraude fiscais;
8. pela adopção de políticas alternativas que promovam o desenvolvimento e o progresso do país.
9. Pela Europa social, cidadã e democrática, promotora da Paz e da justiça social. ■



OPINIÃO

Um olhar sobre a actualidade A união faz a força

Júlia Caré*

Vivemos tempos especiais. Querem fazer-nos crer que a máxima “um por todos e todos por um” está ultrapassada e que isso de negociação colectiva, grelha salarial, direitos laborais, gestão democrática das escolas são empecilhos ao que certos arautos entendem por progresso, eficácia e competitividade.

E o que é isso de Escola Pública? A estratégia desta ordem nova que insidiosamente se prepara para decretar a era do indivíduo, do cada um por si, está aí: precarizar o trabalho, fragilizar o associativismo sindical, aumentar o desemprego - chamam-lhe terapia profiláctica - privatizar, reduzir a intervenção do Estado nas áreas político-sociais, poupar nas responsabilidades sociais e acreditar que a lógica do mercado, agora também alargada à Educação e outras áreas sociais, irá por si só eliminar assimetrias. E os paradoxos do nosso país não podiam ser mais gritantes em termos educativos: temos professores aos milhares no desemprego, a população menos escolarizada da Europa, taxas preocupantes de insucesso e abandono escolar e a solução qual é? Investir cada vez menos na Educação (4.1% contra os 7% reconhecidos internacionalmente como necessários) porque já se gastou bastante e com fracos resultados. E “somos escravos dos resultados” diz o Ministro da Edu-

cação (SIC). E pretende-se poupar ainda mais. Congelou-se o ordenado dos professores, cortou-se no orçamento das escolas, pretende-se perversamente financiá-las consoante os resultados dos alunos em exames nacionais e até mexer no Estatuto da Carreira Docente em matérias como a Avaliação do Desempenho e a Progressão na Carreira. Acrescente-se ainda que a actual proposta de Revisão do Ensino Secundário e de Reforma do Sistema Educativo levanta reservas à maioria dos parceiros sociais, designadamente a maior Federação de Professores do país (FENPROF) - onde o S.P.M. se integra - a CONFAP e até o próprio Conselho Nacional de Educação.

Sabe-se que todas estas medidas se inserem na filosofia de direita deste e de outros governos que nos últimos anos têm ganho eleições nos chamados países industrializados. O padrão é o mesmo: transformar o direito à Educação num bem de consumo sujeito à lógica do mercado; reduzir as responsabilidades governamentais com a Educação através da privatização, gestão empresarial e municipalização da Educação; como corolário, o financiamento assimétrico das escolas, a introdução de vencimentos diferentes para os professores consoante os orçamentos das Câmaras. Já se verifica em alguns países da Europa e não só.

Tudo isto é preocupante colegas e justiça a nossa apreensão face ao futuro.

E em época de precariedade laboral, a insegurança dá origem ao individualismo, à apatia, à descrença e à indiferença. O medo alastra. E no entanto só juntando as nossas fragilidades conseguiremos a força

para enfrentar medidas injustas. Foi assim no passado. A união que faz a força. Lembremo-nos que foi em tempos de selvática política liberal na época Vitoriana - Laissez-faire - que o movimento sindical surgiu como forma de contra-poder, de equilibrar forças, de procurar harmonia num confronto desigual. Mais do que nunca este é o tempo dos Sindicatos. É preciso não esmorecer na luta pela dignificação da classe docente e por uma Educação de qualidade na Escola Pública, porque só ela garante o acesso de todos à Educação em condições de igualdade.

É preciso contrapor a cooperação e a solidariedade ao individualismo e à apatia; aos que consideram os professores empecilhos para as suas políticas educativas, precisamos afirmar que não há Reformas na Educação sem o envolvimento empenhado dos professores; tal consegue-se com diálogo, negociação, formação e condições de trabalho. Para promover uma verdadeira pedagogia diferenciada na sala de aula, caminho para o combate ao insucesso escolar - menos alunos por turma, menos turmas/níveis por professor; para uma relação pedagógica mais humanizada, aposte-se nas escolas de pequena e média dimensão por oposição às macro-escolas. Implemente-se a escola de turno único para possibilitar a resposta social, o trabalho de equipa de professores e técnicos multidisciplinares e o tratamento das diferenças culturais e intelectuais. Para a consecução de projectos educativos - gestão democrática da escola onde os critérios pedagógicos tenham primazia sobre os administrativos. Isto custa dinheiro? Claro que custa! Mas é o pegar ou largar da construção democrática de uma sociedade educativa e o vencer décadas de atraso estrutural que nos afastam dos países da Europa da Comunidade e nos colocam nos lugares mais baixos da escolaridade, quase ombreado com países do chamado 3º mundo. Seremos visionários? Pois seja. A utopia está na base da nossa organização. ■

**Direcção do SPM e membro do SN da FENPROF (passagens da intervenção proferida na sessão comemorativa dos 25 anos do SPM, Funchal 12 de Março de 2003)*

Diário de Notícias, 23/4/03

DA IMPRENSA

Financiamento limita escolas profissionais

“Este ano, dez mil jovens foram privados da frequência de cursos profissionais por falta de vagas. Actualmente, a procura das escolas profissionais apresenta um forte crescimento, excedendo a sua capacidade de acolhimento. O Governo financia um número limitado de turmas por escola em cada ano, o que obriga as escolas profissionais a restringir a oferta, deixando muitos alunos de fora, segundo um estudo divulgado pela Associação Nacional de Ensino Profissional em Lisboa.

“O trabalho da Fundação Manuel Leão demonstra que os alunos das escolas profissionais recolhem a preferência dos empregadores face aos alunos diplomados pelas restantes vias de ensino. Estes estudantes distribuem-se por um leque mais vasto de profissões e demoram menos tempo a integrar um posto de trabalho, quer no caso de primeiro emprego, quer em caso de mudança de emprego. Revela ainda o estudo que o ensino profissional é mais económico do que o secundário público (sendo o custo anual por aluno menor em 50 por cento), tem melhor aceitação no mercado e maiores índices de rendimento.”

XII Bienal Internacional de Arte de V. N. Cerveira

A décima segunda edição da prestigiada Bienal de Arte de Vila Nova de Cerveira, organizada pela Associação “Projecto”, decorrerá nos próximos meses de Agosto e Setembro, dinamizando um variado conjunto de actividades não só nesta localidade do Minho como também na vizinha Galiza, uma vez que o certame tem “extensões” no Museu e na Faculdade de Belas-Artes de Pontevedra e ainda no Centro Cultural de Ourense. O escultor **José Rodrigues** será um dos convidados especiais da Bienal, iniciativa que abordaremos de forma pormenorizada na edição de Maio do “JF”. Para já, deixamos o apelo da organização (assinado por **Henrique Silva**) aos artistas e intelectuais:

“A XII Bienal Internacional de Arte de Cerveira - 2003, preocupada com situação angustiante dos povos oprimidos das minorias étnicas da nossa sociedade, e que tem levado ao genocídio de milhões de crianças, e face ao movimento intelectual que se desenha a favor de uma justiça social mundial, lança o desafio aos artistas plásticos, escritores, músicos, actores, e a todos os criadores, para que tomem posição através de um texto, ou um texto e uma obra, que torne possível realizar um catálogo da XII Bienal de Cerveira que seja um verdadeiro manifesto da sua posição sobre:

O Artista e a Globalização - o seu papel como actor social.

A globalização, tal como se desenha, aponta para um reforço de poder dos países ditos desenvolvidos que ditarão as normas de uma sociedade voltada para capitalização



dos grandes grupos financeiros, que detêm já esse poder, e que definem quais os povos que podem beneficiar da mais valia da transformação de bens, cuja matéria-prima é a terra, e cujas divisões administrativas (herança da Idade Média?) estabelecem o direito à desigualdade de oportunidades, e mesmo à recusa de reconhecimento do direito à identidade étnica.

Torna-se urgente que o artista, na sua qualidade de criador e intelectual, tome posição para lá dos mercados e cotações que o sistema lhe impõe, como mero objecto de troca e mais valia, onde a competitividade se assemelha aos mercados bolsistas, da responsabilidade que lhe cabe de denunciar este estado de coisas, tornando efectiva uma opinião que, não sendo destrutiva, pode ajudar a consciência dos “senhores” do poder económico mundial, da gravidade da situação.

A XII Bienal de Cerveira compromete-se a publicar os textos e as obras mais relevantes, em Português e Inglês, dentro da sua capacidade financeira, e a dar-lhes a maior divulgação possível.” ■



A NÃO PERDER

Trabalhos de J. Pedro Croft na Galiza

Até **22 de Junho** pode ser apreciada no Centro Galego de Arte Contemporânea, na cidade de Santiago de Compostela, uma exposição com 30 obras do escultor português José Pedro Croft. Três desses trabalhos têm grandes dimensões e foram realizados especialmente para este Centro, projecto do arquitecto Álvaro Siza Vieira.

Horário: de terça-feira a domingo, das 11h00 às 20h00. ■

Festival Internacional de Música de C. Branco

De 2 de Maio a 8 de Junho realiza-se o 9º Festival Internacional de Música de Castelo Branco, com direcção artística de Carlos Semedo e Guenrikh Elessine e organização do Conservatório Regional. Aqui fica uma síntese da programação:

- Egberto Gismonti (guitarra e piano) - **2 de Maio**, 21h30, Cine Teatro Avenida;
 - Wayne Marshall (piano) - **3 de Maio**, 21h30, auditório da Escola Superior Agrária;
 - Quarteto Elysée (cordas) - **9 de Maio**, 21h30, Governo Civil de C. Branco;
 - Tallis Scholars (grupo vocal) - **16 de Maio**, 21h30, Sé Catedral de C. Branco;
 - Orchestrutopica - **24 de Maio**, 17h00, Centro para o estudo das Artes, Belgais;
 - “O Lobo Diogo e o Mosquito Valentim”, de Eurico Carrapatoso - Coro Infantil de Belgais, Orquestra da ESART, Osvaldo Ferreira (maestro), Jorge Vaz de Carvalho (barítono), Angélica Neto (soprano), F. Pedro Oliveira (narrador) - **7 de Junho**, 21h30, e **8 de Junho**, 16h00, no Cine Teatro Avenida;
 - Exposição de Pintura, de António Romão, Conservatório Regional de C. Branco - de **1 de Maio a 8 de Junho**;
 - Ciclo de Cinema - **6, 20 e 27 de Maio**, em parceria com o Cinecidade Clube de Cinema de Castelo Branco.
- Mais informações:
Telef.: 272344405; Fax: 272329849;
E-Mail: conservatoriocb@mail.telepac.pt ■

AGENDA

“A utopia com os pés na terra”

Três mil projectos de Gonçalo Ribeiro Teles, em Évora

Cinco décadas de trabalho, três mil projectos do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles – esta é a proposta da exposição “A Utopia com os Pés na Terra” que está patente ao público no Museu de Évora (Rua Raimundo, Igreja das Mercês), até 18 de Maio. O certame apresenta uma componente biográfica (com fotografias, aquarelas, colecções e outros materiais), além de projectos e desenhos originais.

Horário: terça a domingo, das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 18h00. ■

Sinais de Jorge de Sena

Exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa



Da autoria do Centro de Estudos Portugueses Jorge de Sena, da Universidade Estadual Paulista, Brasil, a exposição dedicada à vida e obra do intelectual português (1919-1978) pode ser visitada na Biblioteca Nacional de Lisboa (ao Campo Grande) até 24 de Maio. “Sinais de Jorge de Sena” recorda também outras destacadas personalidades que, tal como este escritor, estiveram exiladas no Brasil nas décadas de 50 e 60, casos de Eduardo Lourenço, Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva e Jaime Cortesão, entre outros. Horário da exposição: segunda a sexta-feira, das 10h00 às 19h00 e aos sábados das 10h00 às 17h00. ■

Viseu, 10 a 18 de Maio

Festival Europeu das Artes do Espectáculo para um público jovem



Depois de Coimbra (Abril), Viseu é outra das cidades portuguesas que integra o projecto “Percursos”, envolvendo, entre Abril e Outubro de 2003, a realização de Festivais/Laboratórios Europeus de Artes do Espectáculo para um Público Jovem. Trata-se de um projecto cultural de dinâmica europeia na área da criação, da comunicação e das práticas artísticas, direccionado sobretudo ao público jovem, na sua relação com a família, a escola, a comunidade envolvente e a sociedade em geral. “Percursos” é uma ideia do Centro Cultural de Belém em estreita colaboração com o Teatro Viriato/Centro Regional das Artes do Espectáculo das Beiras e é co-financiado pela União Europeia. Um grupo de artistas portugueses e estrangeiros propõe, de 10 a 18 de Maio, uma revisitação a conhecidos espaços da cidade, transformando-os em “lugares mágicos e surpreendentes”. A organização garante “muitos espectáculos, exposições e acontecimentos inesperados para viver em família, com amigos ou sozinho”. Assim, “o parque da cidade, o Rossio, o Solar do Dão, o hospital velho, as ruas da cidade,

as escolas e o Teatro Viriato poderão ser visitados para neles descobrir histórias fabulosas”. Contando com a colaboração e a participação de crianças, jovens, pais, professores, artistas e grupos e partindo da ideia que “o público jovem não é só uma idade, mas uma atitude perante a vida e as artes que pode desenvolver”, “Percursos” tem como objectivos fundamentais “a descentralização de espectáculos, o encontro com novos públicos, a oferta de experiências artísticas importantes para as crianças e adolescentes que crescem em Portugal”. Logo no primeiro dia (10 de Maio) estão previstos, por exemplo, espectáculos de manhã e à noite no Rossio e exposições e passagem de filme no Solar do Dão.

Uma nota final para destacar as actuações do Teatro Regional Serra de Montemuro e dos grupos “O Bando” e “Trigo Limpo”/ACERT, de Tondela, e as perspectivas de animação cultural e pedagógica que este projecto pode dinamizar nas escolas, que, para o efeito, devem contactar a organização. ■

JPO

Informações: os interessados no programa completo da iniciativa “Percursos” devem contactar o Teatro Viriato: Largo Mouzinho de Albuquerque, Apartado 1057, 3511-901 Viseu telef.- 232480110 • fax - 232480111 e-mail:geral@teatroviriato.com home page :www.teatroviriato.com

Poemas contra a guerra

No fecho desta edição do “JF” confirmava-se o lançamento, em Lisboa, de uma antologia de poemas inéditos contra a guerra no Iraque, intitulada “Choque e pavor”.

“Este é um grito de protesto contra mais uma guerra, cuja principal vítima é o povo iraquiano”, afirmou à comunicação social o coordenador da edição, Luís Machado.

O ensaísta Eduardo Lourenço assina o prefácio de “Choque e pavor - 25 poemas contra a guerra”, título que reproduz o



lema da agressão militar das tropas anglo-norte-americanas no Iraque.

António Ramos Rosa, Manuel Alegre, Matilde Rosa Araújo, Ana Hatherly e João Rui de Sousa são alguns dos 25 poetas representados neste livro, lançado pela Editora Ausência, de Vila Nova de Gaia. ■

“Escultura de Coimbra - do Gótico ao Maneirismo”

Até 31 de Maio na Sala da Cidade

Coimbra foi, desde o fim do século XIII até ao início do século XVII, o principal centro de produção de escultura, quer da tumulária, quer da imaginária devocional e, ainda, se bem que em menor escala, de escultura ornamental de edifícios religiosos e civis. A existência, próximo da cidade, de bom material - a pedra de Ançã - e a facilidade do seu transporte até aos locais onde era esculpida, na Alta, junto à Torre do Anto, nos estaleiros de Santa Cruz, junto do Convento de Santa Clara-a-Velha e no burgo de Celas, proporcionou uma florescente actividade que, por exemplo, no fim do século XIV e no meio do século XVI, se tornou uma das mais importantes de toda a urbe, ocupando centenas de trabalhadores especializados e indiscriminados.

Estas obras escultóricas, umas de grande nível e outras marcadamente artificiais, foram exportadas para a Galiza, Marrocos e para o Brasil e foram enviadas também para os Açores e para a Madeira.

Internamente, a produção coimbrã, em determinados momentos, atingiu cerca de 80 por cento da produção total nacional, encontrando-se esculturas avulsas ou grandes retábulos e túmulos em quase todas as cidades e vilas, do Minho ao Algarve.

É esta a arte que agora se mostra em Coimbra, na Sala da Cidade, Refeitório de Santa Cruz (Praça 8 de Maio), reunindo mais de 70 obras escultóricas do século XIII ao século XVII, acompanhadas de uma significativa componente fotográfica, além de documentação de arquivo, exibindo contratos com artistas, como João de Ruão, Tomé Velho e António Fernandes, entre outros. As peças expostas são, na sua maioria, de colecções privadas e de igrejas,



e outras pertencem a museus.

Podem ser apreciados trabalhos de Mestre Pêra, João Afonso, Gil Eanes, Diogo Pires-o-Velho, Diogo Pires-o-Moço, João de Ruão, António Fernandes e Tomé Velho, entre outros.

Com uma lógica de apresentação didáctica, a exposição permite ao visitante apreciar os vários aspectos através dos quais se foi manifestando a evolução desta arte. Outras obras referidas no catálogo da mostra são elementos do próprio edifício do Mosteiro de Santa Cruz: alguns de grandes dimensões, como o Portal da Igreja, outros mais discretos, como os retábulos do claustro, esculpidos por Nicolau Chanterene.

A exposição, inserida na programação de “Coimbra 2003, Capital Nacional da Cultura”, está aberta ao público até 31 de Maio, com o seguinte horário: sábados e domingos - das 14h00 às 18h00; terças a sextas-feiras - das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 19h00. ■

Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público

Almada, de 4 de Maio a 1 de Junho

Vai na sua 8.ª edição e constitui um bom motivo de deslocação a Almada: Teatro, Dança, Exposições, Música, Cinema, Jogos, Marionetas e Oficinas.

Voltada para o público mais pequeno, esta Mostra Internacional de Artes é um evento a não perder. ■

Tudo em <http://www.teatroextremo.com>



Festivais em Agenda

MAIO

Dia 29 - “Rock in Lisboa”. O regresso do rock ao Estádio José de Alvalade.

JUNHO/JULHO

De 21 de Junho a 18 de Julho - 10º Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso. Um programa diversificado que desta vez até



inclui o jazz e o rock. Destaque ainda para a homenagem a Fernando Lopes-Graça e para os cursos de guitarra clássica, música popular brasileira

e de música popular e guitarra portuguesa. Atenção à presença de Allan Holdsworth (17 de Julho) que na década de 70 tocou com os “Soft Machine” e que por cinco vezes seguidas foi aclamado pela publicação “Guitar Player” como o melhor guitarrista (1989 a 1994).

Dia 5 de Julho - Festival do Meco. Um dia de música na Herdade do Cabeço da Flauta, na Aldeia do Meco. Esta já é a terceira edição.

De 10 a 12 de Julho - Festival Dunas de S. Jacinto. No centro das atenções os sobreviventes “The Doors” e a garantia de cinco a seis bandas por dia. De 10 a 12 de Julho próximo, todos os caminhos vão dar à Praia de S. Jacinto, em Aveiro.

AGOSTO

De 7 a 10 de Agosto - Festival do Sudoeste. Quatro dias que prometem... Na Herdade da Casa Branca, Zambujeira do Mar. ■

Teatro

“Hamlets” com Diogo Infante e Marco D’Almeida

Até 30 de Maio está em cena “Hamlets”, com Diogo Infante e Marco D’Almeida. A peça mostra os caminhos de dois actores desempregados que avançam para a interpretação de todas as personagens de uma versão de “Hamlet”, de Shakespeare.

De quarta-feira a domingo, às 22h00 (está previsto um espectáculo extra no dia 1 de Junho), no Centro de Artes de Lisboa, na Rua de Santa Engrácia, 12. Preços: entre os 7,50 e os 12,50 euros. ■